

Pacote começa a tramitar no Congresso

Edson Gés.

As medidas provisórias do Plano Collor II passaram ontem pelo seu primeiro teste no Congresso Nacional. Elas foram consideradas "urgentes e relevantes", pelos relatores indicados pelos blocos parlamentares majoritários de apoio ao Governo. Ao assumirem o papel principal da negociação das MPs 294 e 295, o senador Odacir Soares (PFL/RO) e o deputado Paes Landim (PFL/PI) anunciaram a intenção de alterar o texto editado pelo presidente Fernando Collor.

Políticos de confiança do governo, os relatores não escondem crítica às medidas, mas manifestaram preocupação em não desfigurar o plano. "A tendência das medidas é sofrer modificações", adiantou o senador Odacir Soares, escolhido para relatar a Medida 294, que desindexou a economia. "Não há intenção de ser radical, de rejeitar ou aprovar o texto de qualquer maneira", disse o senador, disposto a discutir a medida e apresentar mudanças na semana seguinte ao carnaval.

Por filosofia, o deputado Paes Landim (PFL/PI) tem horror a todo tipo de congelamento, que considera uma violência. Mas, desde que foi designado relator da Medida Provisória 295, que congelou preços e salários, resolveu dar um crédito ao presidente Fernando Collor e à ministra Zélia Cardoso de Melo. "Vou abrir mão dos meus princípios", anunciou o deputado, que aderiu ao governo passado e apóia o atual. Apesar de cooperativo, ele quer saber por quanto tempo preços e salários ficarão congelados, aceitando apenas um período pequeno, que chama de "transitório". Só assim, Landim aceita a política salarial, que "está longe de ideal".

Prisão

Já nas primeiras conversas, Paes Landim constatou que será difícil um entendimento para a aprovação do congelamento dos salários. Os integrantes do seu próprio partido, o PFL, estão divididos.

"Cada um pensa uma coisa", descobriu o deputado. Mas, ao contrário, ele tem certeza de que o congelamento de preços será aprovado com folga de votos. "A esquerda inteira adora congelar preços como se isso resolvesse a economia".

Perfis

Nem Odacir nem Landim são bons oradores, grandes articuladores nos bastidores, ou respeitados especialistas. Estão sempre presentes no plenário mas usam pouco a tribuna. São parlamentares assíduos, mas sem brilho. A indicação de ambos para as relatorias mostrou que o bloco do governo possui poucas estrelas de primeira grandeza para assumir tarefas complexas e delicadas.

Paes Landim começou sua carreira política em 1962, como prefeito de Socorro, no Piauí. Mais tarde, foi deputado estadual pela UDN. Em meados da década de 60 foi morar em Brasília. Como advogado, teve seu nome associado ao ex-ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, num rumoroso caso de contrabando de pedras preciosas, mas nada foi aprovado contra Landim. Eleger-se deputado constituinte em 1966. O Departamento Sindical de Assessoria Parlamentar (Diap) lhe atribuiu nota zero, por ter sempre votado contra matérias consideradas de interesse dos trabalhadores.

Odacir Soares foi repórter das revistas "Manchete" e "Fatos e Fotos", entre 1963 e 1966, quando se formou em advocacia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi Secretário de Segurança Pública em Rondônia no governo de Jorge Teixeira e prefeito nomeado de Porto Velho. Em 1978, eleger-se deputado federal. Nas eleições seguintes, em 1982, ganhou uma cadeira no Senado. Na Constituinte, teve atuação apagada. O senador é proprietário da Rádio TV Sociedade de Rondônia e sócio de três outras rádios. Tem negócios no setor de turismo.



Deputados acham que novas medidas deixam os estados mais dependentes do Governo Federal